Ana Cristina Inteiro Guindeira (1 / 2)
Chefe de Divisão
Data Assinatura: 12/11/2025
HASH: 827b60326707 2f68ab1fc91d09cfb210

Pedro Miguel De Carvalho Duarte (2 / 2)
Presidente da Câmara Municipal
Data Assinatura: 12/11/2025
HASH: 4c671b5db7bc8551b879ab6942489 42d

ATA

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2025/26	Câmara Municipal

DADOS DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO

Tipo Convocatória:

Ordinária

Data:

4 de novembro de 2025

Duração:

Inicio às 16:00 e fim às 16:52

Local:

Sala 5

Presidida por:

Pedro Miguel De Carvalho Duarte

Secretariada por:

Ana Cristina Inteiro Guindeira

PRESENÇAS NA SESSÃO	
Nome completo	**Presente**
Pedro Miguel De Carvalho Duarte	SIM
Vítor José Freixinho Brilhante Sobral	SIM
Ana Maria Proença Filipe	SIM
Vera Lúcia Pires De Carvalho	SIM
Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho	SIM

Verificadas as presenças e respetivo quórum da sessão, o Presidente abriu a sessão, procedendo à deliberação sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

A) Período antes da ordem do dia

Intervenção no período antes da ordem do dia

Nos termos do artigo 52º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, foi iniciado o período antes da ordem do dia:

- No seguimento do ato de Instalação da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa,

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 1 / 20

que teve lugar no dia 30 de outubro do corrente ano, na qual o cidadão Vítor José Freixinho Brilhante Sobral, eleito para o órgão Câmara Municipal, esteve ausente por motivo justificado, e dando cumprimento ao determinado pelo órgão instalador, e ainda, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 60º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua versão atual, procedeu-se à verificação da sua identidade e legitimidade como Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, para o quadriénio de 2025-2029, consubstanciada no documento "auto da instalação de membro da Câmara Municipal", anexo à presente ata e da qual faz parte integrante da mesma, e que será enviado ao órgão instalador originário Assembleia Municipal, para conhecimento.

- "O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Pedro Miguel de Carvalho Duarte, deu as boas vindas a todos os eleitos que compõem o órgão Câmara Municipal, desejou que o mesmo possa trabalhar de forma leal e profícua para o bem do Concelho de Vila Nova de Foz Côa e dos seus habitantes".
- "Os Vereadores do Partido Socialista felicitam o novo executivo pela vitória no recente processo eleitoral. Que este novo ciclo seja marcado por diálogo, cooperação e pelo compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar de todos os Fozcoenses. Desejamos os maiores sucessos no desempenho das vossas funções, certos de que o vosso êxito será também o êxito de toda a nossa comunidade Fozcoense".

B) Ordem do dia	
Processo 6607/2025 - Pedido de suspensão de mandato de eleito ao órgão Câmara Municipal	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Vítor José Freixinho Brilhante Sobral, na qualidade de eleito pelo Partido Socialista, veio ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, solicitar a suspensão do seu mandato pelo período de 360 dias, com inicio a 30 de outubro de 2025 e termo previsto em 25 de outubro de 2026, fundamentando o seu pedido em razões pessoais relevantes, nomeadamente o acompanhamento parental na educação dos filhos, bem como por motivos de natureza profissional.

O n.º 2 do art.º 77.º da citada Lei, refere que o pedido deve ser apreciado pelo plenário do órgão na reunião imediata à sua apresentação.
Em face do exposto, deve o pedido ser submetido à reunião de câmara para apreciação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4057 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

Após o ato de instalação do membro da Câmara Municipal, Sr. Vereador, Dr. Vítor José

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://foz.coa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 2 / 20

Freixinho Brilhante Sobral, o mesmo informou os restantes membros do órgão Câmara Municipal, de forma clara e inequívoca a sua vontade de suspender o mandato de imediato e por 360 dias, com a mesma fundamentação do exposto no seu email datado de 21 de outubro do corrente ano.

A Câmara Municipal deliberou: por voto secreto, com quatro votos a favor, aceitar a suspensão do mandato do Sr. Vereador Dr. Vítor José Freixinho Brilhante Sobral, e ao abrigo do nº2 do art.º 77 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua versão atual, convocar para a próxima reunião da Câmara Municipal, o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, nos termos do artigo 79º da citada Lei, para ser verificada a sua identidade e legitimidade.

Processo 6758/2025. Proposta – Periodicidade e Dia de Realização das Reuniões de Câmara Municipal	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Proposta – Periodicidade e Dia de Realização das Reuniões de Câmara Municipal

Nos termos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 40.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal tem uma reunião ordinária semanal, ou quinzenal, a qual deve ter lugar em dia e hora certos, cuja marcação é objeto de deliberação na sua primeira reunião.

O n.º 2 do artigo 49.º por sua vez estabelece a realização de, pelo menos, uma reunião pública mensal.

Assim, em face do exposto e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, proponho que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se efetuem quinzenalmente, às terças-feiras, pelas 15.00h no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, estabelecendo como pública a primeira reunião de cada mês. Verificando-se coincidência na data da reunião de Câmara com dia de feriado ou dia em que os serviços municipais não estejam abertos ao público, haverá lugar à sua realização no dia útil imediatamente seguinte, no local e hora indicada.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 40.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proceda-se à divulgação da presente deliberação através da publicitação por edital, nos lugares de estilo habituais bem como em permanência na página eletrônica do Município."

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4055 de 30 de outubro de 2025.

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 3 / 20

Resolução:

A Câmara municipal: por unanimidade, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 40º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, aceitar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, por se reconhecer nisso conveniência, que as reuniões da Câmara Municipal ordinárias se realizem quinzenalmente, às terças-feiras, com início às dezasseis horas, estabelecendo como pública a primeira reunião de cada mês. Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, que a próxima reunião, se realize no dia dezoito de novembro.

Processo 6748/2025. Proposta - Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa	
Favorável	**Tipo de votação:** Por maioria
	A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 1

Factos e fundamentos legais:

Proposta de aprovação do Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

Considerando, que nos termos no disposto no artigo 40.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação compete à Câmara Municipal convocar as Reuniões, fixar a sua periodicidade, convocação, agendamento e condução, torna-se imperioso aprovar um Regimento que evidencie o entendimento deste Órgão Executivo quanto às regras de funcionamento interno da Câmara Municipal, neste mandato que se inicia.

Assim, proponho que a Câmara delibere, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa."

Documento anexo ao processo.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4053 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

À Câmara Municipal deliberou: por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Pedro Miguel de Carvalho Duarte, e das Senhoras Vereadoras, Drª Ana Maria Proença Filipe e Drª Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e uma abstenção da Srª Vereadora Drª Vera Lúcia Pires de Carvalho, aprovar a proposta do Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, com as seguintes alterações:

- As reuniões ordinárias da Câmara Municipal realizam-se quinzenalmente, às terças-feiras, com início às dezasseis horas;

- As reuniões de Câmara ordinárias públicas, depois de reunidas as condições técnicas necessárias, serão gravadas e transmitidas em direto na página oficial do Município.

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://foz.coa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 4 / 20

Processo 6766/2025. Proposta – Designação de funcionário para lavrar as atas das reuniões da Câmara Municipal.	
Favorável	**Tipo de votação:** Por maioria
	A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 1

Factos e fundamentos legais:

Proposta – Designação de funcionário para lavrar as atas das reuniões da Câmara Municipal.

"Considerando que a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual estabelece o "Quadro de competências, assim como o Regime Jurídico das Autarquias Locais." Considerando que o artigo 57.º, n.º 2, dispõe: "As atas (dos órgãos autárquicos) são lavradas, sempre que possível, por funcionário da Autarquia designado para o efeito, e são postos à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou". Mais dispõem os n. ºs 3 e 4 do mesmo artigo 57. º, n. º3 — "As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou", n. º4 -" As deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores".

Assim, no cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, determino que as atas das reuniões da Câmara Municipal sejam lavradas pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Ana Cristina Inteiro Guindeira e coadjuvada pelo Técnico Superior Luis Carlos Ribeiro Rodrigues, que será substituída, nas suas faltas e impedimentos, pelo Chefe da Divisão EASCDT, António Jorge Guerra Jerónimo.

Por uma questão de eficácia e celeridade, as atas sejam aprovadas no dia da realização da reunião, sendo assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e pelo trabalhador que a lavrou.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4059 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

À Câmara Municipal deliberou: por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Pedro Miguel de Carvalho Duarte, e das Senhoras Vereadoras, Drª Ana Maria

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://foz.coa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 5 / 20

Proença Filipe e Drª Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e uma abstenção da Srª Vereadora Drª Vera Lúcia Pires de Carvalho, designar para lavrar as atas a trabalhadora, Drª Ana Cristina Inteiro Guindeira, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, coadjuvada pelo Técnico Superior, Dr.º Luís Carlos Ribeiro Rodrigues, sendo substituída nas suas faltas e impedimentos, pelo Chefe da Divisão EASCDT, Dr.º António Jorge Guerra Jerónimo.

Processo 6760/2025. Proposta – Fixação do segundo Vereador em Regime de Permanência a Tempo Inteiro.	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Proposta – Fixação do Segundo Vereador em Regime de Permanência a Tempo Inteiro.

Considerando as responsabilidades acrescidas atribuídas ao Município que exigem um cuidadoso acompanhamento por parte do executivo municipal;

Considerando que é prática o executivo municipal ser constituído por dois vereadores em regime de permanência e que esta composição é fundamental e necessária para que exista um eficaz e operacional desempenho das competências perante o volume de trabalho.

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara Municipal eleve para dois o número de Vereadores em Regime de Permanência a Tempo Inteiro, designando-se nesse regime, Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho."

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4056 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aceitar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal e fixar em mais um, o número total de vereadores a tempo inteiro, em conformidade com o estabelecido na alínea d) do nº1 e nº2, ambos do art.º 58º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua versão atual.

Processo 6741/2025. Proposta - Delegação de Competências da Câmara Municipal no respetivo Presidente.	
Favorável	**Tipo de votação:** Por maioria
	A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 1

Factos e fundamentos legais:

Proposta - Delegação de Competências da Câmara Municipal no respetivo Presidente.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa é o órgão executivo do Município, dispõe de um conjunto de competências, previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 6 / 20

do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como numa infinidade de diplomas legais.

Considerando que:

- A delegação de competências é um instrumento legal que confere uma maior eficácia nos procedimentos administrativos e consequentemente uma maior celeridade na tomada de decisões administrativa;

-A atuação do Município deve pautar-se pelo princípio da boa administração, por critérios de eficiência, economicidade e celeridade;

- Existe a possibilidade legal conferida pelo artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que permite à Câmara Municipal delegar parte das suas competências no respetivo Presidente e subsequentemente a possibilidade deste subdelegar nos respetivos Vereadores e/ou Dirigentes, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do mesmo normativo legal;

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, proponho a delegação no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação nos respetivos Vereadores a Tempo Inteiro e/ou Dirigentes, de todas as competências que sejam delegáveis, atribuídas por lei e regulamentos municipais à Câmara Municipal, designadamente:

I) No âmbito das competências previstas no artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e de acordo com o seu clausulado, que a seguir se transcrevem:

d) executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;

f) aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;

g) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;

h) alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

l) discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;

q) assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://foz.coa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 7 / 20

município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;

r) colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

t) assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

v) participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

w) ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;

x) emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;

y) exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

bb) executar as obras, por administração direta ou empreitada;

cc) alienar bens móveis;

dd) proceder à aquisição e locação de bens e serviços;

ee) criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

ff) promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

gg) assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

ii) proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;

jj) deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

kk) declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 8 / 20

ll) participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;

mm) designar os representantes do município nos conselhos locais;

nn) participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

pp) nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;

qq) administrar o domínio público municipal;

rr) deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;

ss) estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;

tt) estabelecer as regras de numeração dos edifícios;

uu) deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;

ww) enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;

xx) deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;

yy) dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;

zz) promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

bbb) assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.

II) Em matéria de realização de Despesa, Contratação Pública e em Matéria Fiscal:

1. Autorizar a realização de despesas até ao limite de 748 196 euros (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros), nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, incluindo no âmbito da celebração de contratos públicos, ao abrigo dos n.º 1 e n.º 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências necessárias e instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga, previstas nos artigos 98.º e 106.º do CCP, decidir sobre impugnações administrativas apresentadas nos termos dos artigos 267.º e seguintes do CCP, bem como, em sede de execução dos contratos públicos, exercer as competências atribuídas ao contraente

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 9 / 20

público, incluindo no que diz respeito a contratos sem valor e, ainda, à decisão sobre pedidos que não impliquem a realização de despesa;

3. Nos casos em que seja ainda aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, exercer todas as competências cometidas nesse diploma à entidade adjudicante, sem prejuízo do limite previsto no n.º 1 deste ponto;
4. Cobrar coercivamente os créditos da Autarquia, no âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e demais legislação conexa.

III) No âmbito do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprova o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e matéria conexa:

Conceder ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º a licença para as operações elencadas no n.º 2 do artigo 4.º, bem como sobre a aprovação da informação prévia regulada no diploma em causa.".

IV) Relativamente ao **Licenciamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos,** exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

V) Exercer as competências previstas no **Regime Jurídico das Instalações Desportivas de uso público**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, na sua atual redação, designadamente fixar a capacidade máxima de utilização e de acolhimento de eventual público, nos termos do artigo 13.º, bem como efetuar e manter atualizado o registo de instalações desportivas disponíveis no concelho.

VI) Em matéria de prevenção e controlo de poluição sonora, exercer as competências cometidas à Câmara pelo **Regulamento Geral do Ruído**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual.

VII) Nos termos do artigo 8.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, que Regulamenta a **Utilização das Vias Públicas para a Realização de Atividades de Caráter Desportivo, Festivo ou outras** que possam afetar o trânsito normal. A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4060 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Pedro Miguel de Carvalho Duarte, e das Senhoras Vereadoras, Drª Ana Maria Proença Filipe e Drª Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e uma abstenção da Srª Vereadora Drª Vera Lúcia Pires de Carvalho, delegar no Presidente da Câmara Municipal, as

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 10 / 20

competências elencadas na proposta de resolução “2025/4060 Proposta Câmara Municipal”.

Processo 6752/2025. Ratificação dos Atos Praticados em Regime de Gestão Limitada	
Favorável	**Tipo de votação:** Por maioria
	A favor: 3, Contra: 1, Abstenções: 0, Ausentes: 1

Factos e fundamentos legais:

Ratificação dos Atos Praticados em Regime de Gestão Limitada

Considerando o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares, aprovado pelo Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, que estabelece como período de gestão limitada o que medeia entre a realização das eleições e a tomada de posse dos novos órgãos;

Considerando que no período de gestão limitada, os novos órgãos e os seus titulares que tenham competências próprias, como o Presidente da Câmara Municipal, estão impedidos de deliberar ou decidir em relação a todas as matérias que não sejam de gestão corrente e inadiáveis;

Considerando que em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º as competências delegadas durante o período de gestão limitada, e no âmbito do n.º 2 do artigo 3.º há uma exceção ao disposto no n.º 1, quando exista continuidade do Presidente da Câmara Municipal, esta, no período de gestão limitada, pode praticar, por delegação, atos de gestão corrente, ou seja, os atos que o órgão com competência originária possa praticar nesse período.

Considerando o n.º 3 do artigo 3.º que estabelece que os atos, decisões ou autorizações do Presidente da Câmara praticados nos termos referidos anteriormente estão sujeitos a ratificação do novo Executivo na primeira reunião após a sua instalação, sob pena de nulidade.

Em face do exposto, e por razões de urgência e por forma a propiciar o normal funcionamento do Município, foram praticados atos de gestão corrente que devem ser sujeitos a ratificação na primeira reunião do Órgão Executivo Municipal.

Nessa conformidade, propõe-se que à Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifique todos os atos praticados pelo anterior executivo em funções durante o período de gestão limitada.”

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4050 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara , Engº Pedro Miguel de Carvalho Duarte, e das Senhoras Vereadoras, Drª Ana Maria

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://foz.coa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 11 / 20

Proença Filipe e Drª Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e um voto contra da Srª Vereadora, Drª Vera Lúcia Pires de Carvalho, por não estar no processo identificados todos os atos, ratificar todos os atos praticados em regime de gestão limitada, conforme proposta de resolução PR/2025/4050 de 30 de Outubro de 2025.

Processo 4205/2025. Ratificação do despacho nº2025-2769	
Favorável	**Tipo de votação:** Por maioria
	A favor: 3, Contra: 1, Abstenções: 0, Ausentes: 1

Factos e fundamentos legais:

Ratificação do Ato Praticado em Regime de Gestão Limitada - Contrato de empreitada de: "Requalificação /Remodelação da Pista de Autocross para o Europeu de Autocross" – Primeiro Adicional – Trabalhos Complementares e Modificação Objetiva do Contrato" – por: €15.744,51."

Considerando que:

1-O Código dos Contratos Públicos até à 12.ª versão (com inclusão da Retificação n.º 36-A/2017, de 30/10), impunha, através da alínea c), do n.º 2, do artigo 370.º, que os trabalhos complementares só podiam ser executados desde que "O somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos complementares não exceda os limites previstos na alínea d) do artigo 19.º, quando o procedimento adotado tenha sido o ajuste direto, na alínea c) do mesmo artigo, quando o procedimento tenha sido o da consulta prévia ou na alínea b) do artigo 19.º quando, o procedimento adotado tenha sido o concurso público ou o concurso limitado por prévia qualificação sem publicação do respetivo anúncio no Jornal Oficial da União Europeia".

Acontece que à presente data, a versão do Código dos Contratos Públicos em vigor, tem a norma atrás citada revogada, pelo que não impende a condição cumulativa do somatório do preço contratual com o preço atribuídos aos trabalhos complementares ser inferior ao determinado nos termos do artigo 19.º do CCP, ou seja, inferior, neste caso, ao limiar da consulta prévia.

Por outro lado, importa referir que o preço contratual está definido nos termos do artigo 97.º do CCP, impondo-se que não está incluído no preço contratual o acréscimo de preço a pagar por modificação objetiva do contrato.

De salientar ainda a norma decorrente do n.º 1, do artigo 37.º, do Código do Procedimento Administrativo, que estabelece que "A competência fixa-se no momento em que se inicia o procedimento, sendo irrelevantes as modificações de facto que ocorram posteriormente.".

2- O DL nº 197/99, de 08 de junho, na versão atual, no seu artigo 21º contém uma norma específica para a alteração da competência em função do montante da despesa autorizada, sendo que o mesmo remete especificamente para o art.º 17º, e não para o artigo 18º, que é

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 12 / 20

específico para as autarquias locais, o que significa que, no caso em apreço, a competência para aprovação da despesa passa a pertencer à câmara municipal. Pelo que o despacho nº 2025-2769 do Sr. Presidente da Câmara, datado de 08/10/2025 deva ser RATIFICADO, ao abrigo do nº 3 do artigo 35º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, tendo este ato de aprovação da despesa, e revestido o carácter urgente, tendo em conta a realização da prova europeia.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4067 de 31 de Outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Pedro Miguel de Carvalho Duarte, e das Senhoras Vereadoras, Drª Ana Maria Proença Filipe e Drª Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e um voto contra da Srª Vereadora Drª Vera Lúcia Pires de Carvalho, ratificar o despacho do Sr. Presidente de aprovação da despesa, datado de 31 de outubro de 2025.

Processo 1626/2025 - Aprovação de PSS da empreitada - "9/25 - Remodelação dos edifícios na Av. João Moutinho Gouveia, nº 7-9 e 15-17".	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Assunto: Empreitada **9/25** - Aprovação de PSS

Os serviços técnicos analisaram o PSS apresentado pelo empreiteiro e tendo em vista o estipulado no nº1, do artigo 12º, do Decreto – Lei nº273/2003, de 29 de outubro, uma vez que não merece qualquer discordância, junta-se o Plano de Segurança e Saúde referente à empreitada **"9/25 - Remodelação dos edifícios na Av. João Moutinho Gouveia, nº 7-9 e 15-17 em Numão - 1.º Direito"**, para aprovação do dono de obra.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/3666 de 30 de setembro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o Plano de Segurança e Saúde referente à empreitada "9/25 - Remodelação dos edifícios na Av. João Moutinho Gouveia, nº 7-9 e 15-17 em Numão - 1.º Direito".

Processo 3183/2025. 19/25 - Remodelação dos edifícios na rua de Santa Luzia/rua da Aldeia Nova e rua da Amoreira em Vila Nova de Foz Côa - 1º Direito - 2.º procedimento. - Caducidade da adjudicação - Comunicação de não apresentação de caução ao IMPIC - Extinção de Procedimento

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 13 / 20

Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Assunto: 19/25 - Remodelação dos edifícios na rua de Santa Luzia/rua da Aldeia Nova e rua da Amoreira em Vila Nova de Foz Côa - 1º Direito - 2.º procedimento

- Caducidade da adjudicação

- Comunicação de não apresentação de caução ao IMPIC.

- Extinção de Procedimento

No seguimento da audiência prévia efetuada a 18 de setembro de 2025, na qual foi comunicada à empresa João Veiga – Construções, Lda. a intenção de caducidade da adjudicação, por não apresentação de documentos de habilitação e não apresentação de caução, fixando-lhe um prazo de 5 dias úteis para se pronunciar ao abrigo da audiência prévia, verifica-se que findo este prazo o cocontratante não se pronunciou.

Face ao exposto propõe-se aprovar a caducidade da adjudicação da empreitada "19/25 - Remodelação dos edifícios na rua de Santa Luzia/rua da Aldeia Nova e rua da Amoreira em Vila Nova de Foz Côa - 1º Direito - 2.º procedimento", ao abrigo da alínea a) do n.º 1.º do artigo 86.º do CCP e n.º 1 do artigo 91.º do CCP.

De acordo com o n.º 3 do artigo 91.º a não prestação da caução pelo adjudicatário, no caso de empreitadas ou de concessões de obras públicas, deve ser imediatamente comunicada ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.

A caducidade da adjudicação, e facto de não existir mais nenhuma proposta, pois trata-se de um procedimento de contratação por ajuste direto, levará à extinção do procedimento.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/3703 de 2 de outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar a caducidade da adjudicação da empreitada "19/25 - Remodelação dos edifícios na rua de Santa Luzia/rua da Aldeia Nova e rua da Amoreira em Vila Nova de Foz Côa - 1º Direito - 2.º procedimento", ao abrigo da alínea a) do n.º 1º do artigo 86.º e n.º 1 do artigo 91.º do Código dos Contrato Públicos (CCP), comunicar a não prestação de caução pelo adjudicatário, ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., ao abrigo do nº 3 do artigo 91º do CCP e aprovar a extinção do procedimento pelo facto de não existir mais nenhuma proposta.

11.Processo 3764/2025. 24/25 - Pavimentação, rede de água, saneamento e águas pluviais na Rua das Pintas em Castelo Melhor, pintura dos Muros do Cemitério,

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 14 / 20

pavimentação da Travessa da Capela e PH em Orgal. Caducidade da adjudicação. - Comunicação de não apresentação de caução ao IMPIC. - Adjudicação da empreitada	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Assunto: 24/25 - Pavimentação, rede de água, saneamento e águas pluviais na Rua das Pintas em Castelo Melhor, pintura dos Muros do Cemitério, pavimentação da Travessa da Capela e PH em Orgal

- Caducidade da adjudicação à empresa João Veiga – Construções, Lda.

- Comunicação de não apresentação de caução ao IMPIC.

- Adjudicação da empreitada ao concorrente OPUALTE – Construções S.A.

No seguimento da audiência prévia efetuada a 18 de setembro de 2025, na qual foi comunicada à empresa João Veiga – Construções, Lda. a intenção de caducidade da adjudicação, por não apresentação de documentos de habilitação e não apresentação de caução, fixando-lhe um prazo de 5 dias úteis para se pronunciar ao abrigo da audiência prévia, verifica-se que findo este prazo o cocontratante não se pronunciou.

Face ao exposto propõe-se aprovar a caducidade da adjudicação da empreitada "24/25 - Pavimentação, rede de água, saneamento e águas pluviais na Rua das Pintas em Castelo Melhor, pintura dos Muros do Cemitério, pavimentação da Travessa da Capela e PH em Orgal", ao abrigo da alínea a) do n.º 1.º do artigo 86.º do CCP e n.º 1 do artigo 91.º do CCP.

De acordo com o n.º 3 do artigo 91.º a não prestação da caução pelo adjudicatário, no caso de empreitadas ou de concessões de obras públicas, deve ser imediatamente comunicada ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.

De acordo com o n.º 4.º do artigo 86.º do CCP (não apresentação dos documentos de habilitação) e n.º 2 do artigo 91.º do CCP (não prestação da caução), o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente, propondo-se a assim a adjudicação ao concorrente OPUALTE – Construções, S.A., pelo valor de 230.068,20€, acrescido de IVA.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/3712 de 3 de outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar a caducidade da adjudicação da empreitada "24/25 - Pavimentação, rede de água, saneamento e águas pluviais na Rua das Pintas em Castelo Melhor, pintura dos Muros do Cemitério, pavimentação da Travessa da Capela e PH em Orgal", ao abrigo da alínea a) do n.º 1º do artigo 86.º e n.º 1 do artigo 91.º do

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 15 / 20

Código dos Contrato Públicos (CCP), comunicar a não prestação de caução pelo adjudicatário, ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., ao abrigo do nº 3 do artigo 91º do CCP e adjudicar concorrente OPUALTE – Construções, S.A., pelo valor de 230.068,20€, acrescido de IVA, proposta ordenada em lugar subsequente, ao abrigo do n.º 4.º do artigo 86.º do código citado.

Processo 6259/2025. Pedido de Apoio Financeiro da delegação do Côa da Cruz Vermelha Portuguesa, referente ao projeto "Saúde sobre Rodas", mês de setembro.	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

A Delegação do Côa da Cruz Vermelha Portuguesa solicita apoio financeiro no montante de 3.204,85 € (três mil, duzentos e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), referente ao projeto de unidade móvel “Saúde sobre Rodas” do mês de setembro 2025.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4044 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, conceder o apoio financeiro solicitado ao abrigo das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, e depois de se verificar a sua regularidade financeira.

Processo 6203/2025. Proposta dos turnos das farmácias de serviço do Concelho de Vila Nova de Foz Côa para o ano de 2026	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Proposta das Farmácias de Serviço do Concelho de Vila Nova de Foz Côa para o ano de 2026

Para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 3, da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, a ARS solicita, à Câmara Municipal territorialmente competente (CM), parecer sobre a proposta das escalas de turno de serviço permanente e de regime de disponibilidade, das farmácias de serviço do concelho de Vila Nova de Foz Côa para o ano de 2026, parecer que deve ser emitido até ao 14 de novembro de 2025.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4045 de 30 de Outubro de 2025.

Resolução:

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 16 / 20

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, concordar com a proposta apresentada.

Processo 4276/2024. Proposta - Relatório de Avaliação Intercalar – outubro de 2025 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PRR).	
Favorável	**Tipo de votação:** Por maioria
	A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 1

Factos e fundamentos legais:

Proposta - Relatório de Avaliação Intercalar – outubro de 2025 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PRR).

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), em vigor no Município de Vila Nova de Foz Côa foi aprovado em reunião de câmara no dia 06 de fevereiro de 2025.

A aprovação do PPR resultou de nova legislação para combate à corrupção, nomeadamente a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril), que estabeleceu a criação do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) por meio do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, bem como do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI) pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

Essas normas introduziram alterações ao que estava previamente estabelecido, especialmente no RGPC, em relação aos PPR. Além da revisão a cada três anos, é também necessário elaborar um relatório de execução anual no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, bem como um relatório de avaliação intercalar em outubro, para detalhar o grau de implementação das medidas de mitigação/controlo nas situações identificadas como de risco.

Dessa forma, em conformidade com o estabelecido na alínea a) do número 4 do artigo 6. ° do Anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, foi realizada a avaliação intercalar do PPR em vigor, que incide nas situações identificadas de risco elevado ou máximo.

Atenta a análise precedente, e caso exista concordância superior, propõe-se a submissão do assunto à Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 11.º, conjugado com os artigos 5.ºe 6.0, todos do Anexo (RGPC) ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, para:

a) Aprovar o Relatório de Avaliação Intercalar (2025) do PPR do Município de Vila Nova de Foz Côa, nos termos apresentados;

b) Determinar que o Relatório de Avaliação Intercalar do PPR do Município de Vila Nova de Foz Côa, seja divulgado por e-mail a todos os trabalhadores e publicitada na intranet e na página eletrônica do Município de Vila Nova de Foz Côa, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

c) Autorizar a comunicação do Relatório de Avaliação Intercalar (2025) do PPR do Município

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 17 / 20

de Vila Nova de Foz Côa aos membros do Governo responsáveis pela respetiva direção, superintendência ou tutela, para conhecimento, e aos serviços de inspeção da respetiva área governativa, bem como ao MENAC, no prazo de 10 (dez) dias contados desde a sua aprovação.

Documento anexo ao processo: Relatório de Avaliação Intercalar – outubro de 2025 - Município de Vila Nova de Foz Côa

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4064 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente da Câmara , Engº Pedro Miguel de Carvalho Duarte, e das Senhoras Vereadoras, Drª Ana Maria Proença Filipe e Drª Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e uma abstenção da Srª Vereadora Drª Vera Lúcia Pires de Carvalho, aprovar o relatório intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) e pedir à Associação de Municípios do Douro Superior e Fins específicos (entidade contratante), que solicite ao adjudicatário, informação sobre quais os indicadores que estiveram na base do relatório.

Processo 6751/2025 - Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo - ACDR Freixo de Numão	
Favorável	**Tipo de votação:** Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

MUNICIPIO VILA NOVA DE FOZ CÔA
ACDR FREIXO DE NUMÃO
EPOCA 2025/2026

Com o início da época desportiva 2025/2026, importa regulamentar a atribuição de subsídios e apoios à ACDR de Freixo de Numão. Assim, foi redigido um novo contrato programa na continuidade do realizado na época transata.

A apreciar ao abrigo da competência prevista no n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/4048 de 30 de outubro de 2025.

Resolução:

A Câmara Municipal deliberou: por unanimidade, aprovar o contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre o Município de Vila Nova de Foz Côa e a ACDR de Freixo de Numão para a época desportiva de 2025/2026.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://foz.coa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 18 / 20

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL
Tel. 279 760 400 * Fax 279 760 438 / 9 * e-mail: correio@cm-fozcoa.pt * www.cm-fozcoa.pt * 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA * NIF PT 506 829 197

AUTO DA INSTALAÇÃO DE MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Aos quatro dias de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezasseis horas, no Sala 5 da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, no início da reunião ordinária desta Câmara Municipal, compareceu, perante o Presidente da Câmara, o cidadão a seguir indicado, com vista a integrar o Órgão do Município, face ao apuramento definitivo do resultado eleitoral, por sufrágio universal e direto, realizado no dia doze de outubro de dois mil e vinte e dois, o eleito: ----------

- Vítor José Freixinho Brilhante Sobral, de idade, filho de e de , de profissão , natural de , residente em portador do Cartão de Cidadão número válido até de . ----------

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após este ter prestado o juramento legal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou-o investido na sua função de Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. ----------

O Presidente da Câmara Municipal

Pedro Miguel de Carvalho Duarte

O Eleito Presente

Vítor José Freixinho Brilhante Sobral

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 19 / 20

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL
Tel. 279 760 400 • Fax 279 760 438 / 9 • e-mail: correio@cm-fozcoa.pt • www.cm-fozcoa.pt • 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA • NIF PT 506 829 197

DECLARAÇÃO
ATO DE INVESTIDURA DE MEMBRO ELEITO À CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de 2025, pelas 16:00h, na sala de reuniões do edifício Paços do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, o eleito local para o órgão Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, para o quadriénio 2025-2029, leu em voz alta, o seguinte compromisso de honra:

"Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas".

O Eleito Presente

Vítor José Freixinho Brilhante Sobral

Código Validação: 4WYR4WEMRHKPH3J2JM43EZSGE
Verificação: https://fozcoa.balcaoeletronico.pt/
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 20 / 20